



CBMDF IMPUGNACOES &lt;impugnacoescbmdf@gmail.com&gt;

**PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - LICITAÇÃO ELETRÔNICA - P.E. Nº 11/2021**

1 mensagem

Perola Pletsch &lt;perola.pletsch@pisontec.com.br&gt;

19 de fevereiro de 2021 15:38

Para: "impugnacoescbmdf@gmail.com" &lt;impugnacoescbmdf@gmail.com&gt;

Cc: Helen Pisontec &lt;adm@pisontec.com.br&gt;, Deborah financeiro &lt;financeiro@pisontec.com.br&gt;, Carla Carvalho &lt;carla.carvalho@pisontec.com.br&gt;, Michel Pisontec &lt;michel@pisontec.com.br&gt;, Estela Carvalho &lt;estela@pisontec.com.br&gt;, "vendasgov1@weltsolutions.com.br" &lt;vendasgov1@weltsolutions.com.br&gt;

Ao

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - Comissão Permanente de Licitação/Pregoeiros e Equipe de Apoio**

Ilmo. (a) Sr.(a) Pregoeiro(a)

**Ref. LICITAÇÃO ELETRÔNICA - P.E. Nº 11/2021 – CBMDF  
PROCESSO Nº 00053-00098149/2020-10**

**Objeto** - Registro de Preços para eventual aquisição de soluções para rede de computadores (switch de acesso 24 portas, switch de acesso 48 portas, switch 48 portas, switch SAN 24 portas, transceiver, roteador, etc) para o CBMDF e outros órgãos participantes do SRP, conforme especificações, quantavos e condições estabelecidos no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital.

Prezado(a) Senhor(a),

A empresa Pisontec Comércio e Serviços em Tecnologia da Informação EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 12.0007.998/0001-35, situada em Olinda/PE, com Representante Legal a Sra. Carla Patrícia Carvalho da Silva, inscrita no CPF sob o n. 855.883.004-59, vem, tempestivamente, de acordo com os termos editalícios, **SOLICITAR ESCLARECIMENTOS** acerca do PREGÃO 11/2021, indicados abaixo.

**I. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO INDEVIDA**

*“DESCRIÇÃO TÉCNICA DOS ITENS 1, 2, 3 e 4 (Itens de switches)*

*- A CONTRATADA deverá comprovar, através de declaração de parceria com a fabricante dos equipamentos, que está autorizada a comercializar os produtos ofertados.”*

1. Essas exigências não encontram previsão na Lei 8666/93, principal diploma que norteia os procedimentos licitatórios, a qual, inclusive, coíbe a prática de atos que sejam tendenciosos ou frustrem o caráter competitivo dos certames.

2. Ora, a consequência direta das exigências em comento é a limitação de participantes.

3. Ainda, o rol de documentos destinados à habilitação dos licitantes, conforme previsto nos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993 é taxativo, o que fica evidenciado pelo

emprego do legislador dos termos 'exclusivamente' (art. 27, caput, Lei 8.666/1993) e 'limitar-se-á' (art. 30, caput e 31, caput, da Lei 8.666/1993).

4. Assim não é possível exigir do licitante outros documentos além daqueles elencados nos mencionados dispositivos legais.

5. Isso porque as exigências de habilitação nos processos licitatórios têm como parâmetro fundamental o art. 37, XXI, da Constituição Federal, que limita as exigências de qualificação técnica e econômica às 'indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações', com o objetivo evitar a restrição da competitividade do certame.

6. Neste mesmo sentido já se manifestou o Tribunal de Contas da União, sendo ponto pacífico na jurisprudência desta Corte. Vejamos.

- No item 9.2.1. do Acórdão 5.508/2009 – 2ª Câmara, o Tribunal determinou a Prefeituras Municipais que, em licitações envolvendo recursos federais, 'atenham-se ao rol de documentos para habilitação definido nos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993, sem exigir nenhum elemento que não esteja ali enumerado'.
- No item 9.1.2. do Acórdão 1.745/2009 – Plenário, o Tribunal determinou a uma entidade federal que 'abstenha-se de exigir das licitantes interessadas como condição para habilitação documentos não previstos nos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/1993'.
- No item 9.3.2.3. do Acórdão 1.731/2008 – Plenário, o Tribunal determinou a um órgão federal que 'abstenha-se de prever, como exigência de habilitação, requisitos que não estejam contemplados nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/93, por ausência de amparo legal e por restringir a competitividade da licitação, em afronta ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da referida lei'.

7. A taxatividade do rol de documentos destinados à habilitação dos licitantes é também reforçada pela doutrina, a exemplo do que dispõe Marçal Justen Filho (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11ª ed. São Paulo: Dialética, 2005, p. 306):

*O elenco dos arts. 28 a 31 deve ser reputado como máximo e não como mínimo. Ou seja, não há imposição legislativa a que a Administração, em cada licitação, exija a comprovação integral quanto a cada um dos itens contemplados nos referidos dispositivos. **O edital não poderá exigir mais do que ali previsto, mas poderá demandar menos** (grifo nosso).*

8. Por todo o exposto, temos que as exigências em comento não estão previstas em nenhum dos dispositivos da Lei 8.666/1993 que regulam a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal ou trabalhista, devendo, portanto, ser rechaçada.

9. Ainda, destaca-se que seguiram na mesma linha do acima disposto os entendimentos proferidos em Nota Técnica nº 03/2009 – SEFTI/TCU cujo objeto era firmar entendimento da Sefti sobre a regularidade de se exigir das licitantes credenciamento pelo fabricante. Vejamos.

*Entendimento I. Nas licitações para contratação de bens e serviços de tecnologia da informação, via de regra, não é requisito técnico indispensável à execução do*

*objeto a exigência de que as licitantes sejam credenciadas pelo fabricante (Constituição Federal, art. 37, inciso XXI; Lei nº 8.666/1993, art. 30, inciso II, art. 56, arts. 86 a 88 e Acórdão nº 1.281/2009 – TCU – Plenário, item 9.3).*

*Entendimento II. A exigência, em editais para contratação de bens e serviços de tecnologia da informação, de credenciamento das licitantes pelo fabricante, via de regra, implica restrição indevida da competitividade do certame (Lei nº 8.666/1993, art. 3º, § 1º, inciso I, art. 6º, inciso IX, alíneas “c” e “d”, art. 44, § 1º; Lei nº 10.520/2002, art. 3º, inciso II e Acórdão nº 1.281/2009 – TCU – Plenário, item 9.3) e atenta contra a isonomia entre os interessados (Constituição Federal, arts. 5º, caput, 37, inciso XXI e Lei nº 8.666/1993, art. 3º, caput).*

10. Por todo o exposto, temos que as exigências em comento não estão previstas em nenhum dos dispositivos da Lei 8.666/1993 que regulam a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal ou trabalhista, devendo, portanto, ser rechaçada.

Estão corretos os nossos entendimentos?

Agradecemos sua atenção ficando no aguardo de breve reposta.

Atenciosamente,



**Perola Pletsch**  
Setor Jurídico  
☎ +55-81-3257.5110  
✉ perola.Pletsch@pisontec.com.br  
www.pisontec.com.br

**CLIQUE  
AQUI E  
CONSULTE  
NOSSAS  
ATAS DE  
REGISTRO  
DE PREÇOS**















 **OKKB AB. 24.02 PE 11.2021 UASG 170394 CBMDF Switch(IK) (1).pdf**  
1647K